



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

D. ADMINISTRATIVA FINANCEIRA (DAF)

INFORMAÇÃO n.º 3/ 2019 . mjose

DATA : 2019/02/14	
NIPG : 3010/19	DE : Técnica Superior
REGISTO (DOC.) : 1045	PARA : Vereador da Câmara Municipal de Alfândega da Fé
CLASSIFICADOR :	ASSUNTO : Ajuste direto-Aquisição de serviços de horas de maquina de retroescavadora para a construção das infraestruturas viárias, redes de abastecimento de água e drenagem de residuais no "Loteamento das Penedras", operação urbanística promovida pelo municípios.
PROCESSO : -----	

DESPACHO :

Aprovo

Antonio Salgueiro em 15-02-

2019

PARECER :

Pode o Srº Vereador aprovar as peças do procedimento supra referenciado. Deve Ainda assinar convite e caderno de encargos.

Carla Victor- Chefe da DAF em 14-02-2019

SEGUIMENTO:

Dar continuidade ao processo.
 Proposta no DOC 1603

Carla Victor- Chefe da DAF em 19-02-
 2019

TEXTO :

No cumprimento do despacho Superior de 31/01/2019 do Sr. Vereador da Câmara Municipal, exarado na informação nº05/2019, do Técnico Superior da DU, com a informação da Coordenadora Técnica em mobilidade interna da seção Aprovisionamento e Património em 31/01/2019, e de acordo com o parecer datado de 31/01/2019 da Chefe Divisão Administrativa e Financeira, cumpre informar sobre os tramites legais, para efeitos de procedimento.

1. Da decisão de contratar:

De acordo com o estipulado nos art.º (s)32º. a 36º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação revista e atualizada (doravante designado por CCP), solicita-se autorização para aquisição de prestação de serviços de horas de maquina retroescavadora para a construção das infraestruturas viárias, redes de abastecimento de água e drenagem de residuais no “Loteamento das Penedras”, operação urbanística promovida pelo municípios.

2. Escolha do tipo de procedimento:

Para os efeitos previstos, no art.38.º do CCP, propõe-se que, seja realizado um procedimento através de ajuste direto.

3. Entidades a convidar:

Quanto ao número de entidades a convidar, prevê o art.114º, CCP, que, sempre que o considere conveniente, a entidade adjudicante pode convidar a apresentar proposta mais de uma entidade.

Propõe-se, que seja convidada a seguinte entidade prestadora deste tipo de serviços, conforme indicação do Técnico Superior da DU:

Nuno Canteiro Terraplanagem, Unipessoal Lda.

De acordo com a informação reportada pela Coodenadora Técnica em mobilidade interna da Secção de Aprovisionamento e Património, verifica-se o cumprimento do disposto no n.º (s) 2 e 5 do artigo 113.º do CCP; não se verificando qualquer impedimento legal para efeitos de convite.

4. Aprovação das peças:

De acordo com a alínea a) do n.º1 art. 40 do CCP, solicita-se a aprovação de programa do procedimento –caderno de encargos e convite.

5. Preço:

Para os efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, e de acordo com a alínea a) do n.1 do art. 47.º do CCP, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder o valor de €5.600,00(cinco mil e seiscentos euros) acrescido do IVA, a satisfazer pela proposta de cabimento 163/2019.

O preço foi fixado, com base nos custos unitários resultantes de prestações do mesmo tipo,sendo que o mesmo é definido tendo em conta aquisições de serviços equivalentes contratadas pelo município no ano de 2019, conforme referido no processo pela Coordenadora Técnica em Mobilidade Interna, evidenciada na PAQ.

6. Do Júri do procedimento:

Nos termos do artigo 67.º do CCP, os procedimentos para a formação de contratos são conduzidos por um Júri, salvo no caso de ajuste direto em que tenha sido apresentada uma única proposta. Dispensa-se assim, a constituição de Júri do procedimento.

7. Caução:

Não à lugar a prestação de caução.

8. Das diversas fases de procedimentais:

Depois de ponderados os aspetos supra referidos, cumpre informar sobre as diversas fases do procedimento:

- a) Do prazo para a apresentação de proposta: O prazo para a apresentação de proposta, pela entidade adjudicatária, é fixado livremente no convite, devendo, no entanto, ser respeitado um período razoável para a preparação da proposta, tendo em conta as características e a complexidade das prestações a realizar (art.º 63º/2. CCP).
- b) Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento: Fixando-se um prazo de 5 (cinco) dias para apresentação de proposta, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento, bem como as retificações das mesmas, podem ser prestados ou efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo (artº116º, CCP).
- c) Da adjudicação: Depois de adjudicado, notifica-se a decisão da adjudicação e subsequentemente pede-se ao concorrente os documentos de habilitação referidos no art.º 81º/1, CCP. No presente caso deve o concorrente apresentar no ato da apresentação da proposta apresentar os documentos de habilitação conforme é solicitado no convite.

9. Entidade competente:

Ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei no 197/99, de 8 de Junho, que se mantêm em vigor por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na atual redação, a entidade competente para autorizar a despesa é a Senhora Presidente da Câmara Municipal. No uso dos poderes que lhe foram delegados foi subdelegada no Sr.º Vereador da Câmara Municipal por despacho de 19 de outubro de 2017, as suas competências no âmbito da contratação pública.

Anexos:

Convite

Caderno de encargos.

CONCLUSÃO :

Propõe-se, que as peças do procedimento sejam aprovadas para o devido andamento do processo, se assim for determinado superiormente.

A Técnica Superior:

Maria José Costa
Maria José Costa

14-02-2019 MªJose Costa